



Operação Compliance Zero

# Nova frente de apuração no cerco a *Dark Horse*

Na investigação sobre desvios de emendas parlamentares, Polícia Federal é autorizada pelo ministro Flávio Dino a acessar dados da operação da Polícia Civil de São Paulo contra empresa que produziu o filme sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que informações colhidas pela Polícia Civil de São Paulo sobre a produtora do filme *Dark Horse* — financiado por Daniel Vorcaro, dono do Banco Master — sejam compartilhadas com a Polícia Federal. Em junho deste ano, a corporação paulista realizou uma operação contra Karina Ferreira Gama, dona da empresa que produziu o longa.

Na ocasião, a operação policial cumpriu buscas no Instituto Conhecer Brasil (ICB), também de propriedade de Karina Gama e que mantém contratos de R\$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo. Foi alvo, ainda, a Go Up Entertainment, produtora responsável por *Dark Horse* — sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro. O foco foi apurar o destino de emendas parlamentares enviadas pelo deputado federal **Mário Frias** (PL-SP).

As duas corporações mantêm investigações com focos diferentes. No caso da PF, o objetivo é saber se ocorreu lavagem de dinheiro no envio de recursos para o filme e se parte dos valores foi usada para manter o deputado federal cassado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos. Em 2024, de acordo com as apurações, Mário Frias destinou R\$ 2 milhões à produtora de Karina Gama.

## Apreensões

A operação da Polícia Civil também cumpriu mandados em endereços pessoais da empresária. Nas buscas, foram apreendidos documentos, celulares, computadores e outros itens que podem colaborar com as investigações que correm na Polícia Federal. O caso corre sob sigilo no Supremo.

As investigações envolvendo a produtora tiveram início após um pedido do ministro Flávio Dino para que a Controladoria-Geral da União (CGU) apurasse o envio de emendas dos deputados Mário Frias, Marcos Pollon (PL-MS) e Bia Kicis (PL-DF) ao Instituto Conhecer Brasil (ICB) e à Academia Nacional de Cultura (ANC). O magistrado é relator, no Supremo, de processos que tratam da rastreabilidade e

Fabio Arantes/Secom/Prefeitura de São Paulo



Em junho, a operação da Polícia Civil atingiu Karina Ferreira da Gama, sócia da produtora Go UP Entertainment, responsável pelo filme

## “Argumento frágil”

O roteiro de *Dark Horse* é assinado por Mário Frias, que, em 2024, destinou R\$ 2 milhões em emendas para a ONG do filme. Em maio, a defesa do deputado negou ao ministro Flávio Dino que tenha feito triangulação de repasse de emendas para financiar a produção do filme. O parlamentar disse que a alegação é “puramente especulativa”, baseada em “prejulgamento” e um “argumento frágil, insuficiente e juridicamente irrelevante para sustentar qualquer irregularidade”.

da transparência na aplicação de emendas parlamentares.

Já os valores empregados no filme e a relação com o Banco Master,

## Entenda o caso

### Suspeita de fraude

Em junho, a 2ª Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (DICCA), do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), deflagrou uma operação para investigar a suspeita de fraude em uma licitação da Prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 108 milhões, vencida pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), de propriedade de Karina Ferreira da Gama.

Na ocasião, o ICB, a Go UP — também de propriedade de Karina Gama —, dois endereços residenciais da produtora e a sede da Secretaria Municipal Inovação e Tecnologia foram alvos da operação, que cumpriu oito mandados de busca e apreensão determinados pela 1ª Vara Regional da Garantias (1ª RAJ).

A Polícia Civil também requisitou à Justiça acesso às análises do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) sobre as movimentações financeiras feitas pelo ICB, pela Go Up e por Karina Gama. Entre

as hipóteses investigadas está a de que parte dos recursos possa ter ido parar nos cofres da Go Up durante o tempo em que o filme *Dark Horse* foi produzido.

A obra teve mais de 90% de seu orçamento bancado com dinheiro de Daniel Vorcaro, dono do Master. O financiamento secreto foi tratado entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, e o banqueiro, mesmo depois da prisão do empresário por fraudes bilionárias, em novembro de 2025, segundo mensagens encontradas pela Polícia Federal em um dos celulares de Vorcaro.

de Daniel Vorcaro, estão em apuração em outro inquérito, sob comando do ministro André Mendonça. A investigação também

mira o eventual envolvimento do pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, com as irregularidades. No entanto, nos

bastidores, investigadores têm reclamado da demora do ministro para autorizar diligências que foram solicitadas.

# Flávio: sem contas a prestar

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, reagiu, ontem, ao ser novamente questionado sobre a prestação de contas relacionada ao filme *Dark Horse*. “Vocês estão parados no tempo?”, indagou. Segundo ele, a responsabilidade pelas explicações não é dele.

Três meses já se passaram desde que Flávio disse que apresentaria publicamente um relatório detalhado sobre o financiamento do longa, que contou com verba de Daniel Vorcaro, do Banco Master.

“Quem tem que prestar contas não sou eu; é o Lula que tem que prestar contas”, declarou, após participar da reunião quinzenal da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp), na capital paulista.

Flávio foi perguntado sobre a decisão de deixar a gestão dos recursos destinados ao projeto sob responsabilidade da Produtora Go. De acordo com o candidato, a prestação de contas já foi apresentada no âmbito de uma investigação em São Paulo e divulgada pela imprensa. Ele afirmou ainda que a produtora teria gastado mais do que recebeu.

“Dá um Google aí. Está lá na matéria do G1 dizendo que a produtora gastou mais até do que recebeu de investimento. Enfim, de onde foi, aonde foi gasto o dinheiro, a prestação de contas foi feita dentro da investigação que está acontecendo em São Paulo”, disse.

Questionado se estaria disposto a divulgar o contrato relacionado ao projeto, Flávio não respondeu diretamente. afirmou que se trata de uma relação privada, envolvendo recursos de um fundo privado e sem contrapartida pública, e acusou a imprensa de tentar colocá-lo “na mesma página” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O candidato então associou Lula ao caso do Banco Master e afirmou que o presidente teria participado de conversas para beneficiar integrantes da instituição financeira. Flávio também citou o filho do petista, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e integrantes do governo e do PT. Não apresentou provas das acusações durante a entrevista.

## Chance de Vorcaro

Depois de duas tentativas malsucedidas de firmar acordo de delação premiada, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, vai se sentar, mais uma vez, à mesa de negociação com a Polícia Federal. Investigadores deram aval para a abertura de um canal de comunicação com o ex-banqueiro. As tratativas devem ser conduzidas pelo advogado Daniel Bialski. A defesa tem a expectativa de avançar nas negociações nesta semana, em um diálogo inicial com os integrantes da equipe que investiga as fraudes bilionárias envolvendo o cliente.

Os agentes exigem, no entanto, que, desta vez, Vorcaro tenha um compromisso claro e relevante com o curso das diligências. Ele deve apontar com detalhes onde está o dinheiro desviado no esquema do Master, inclusive os valores bilionários obtidos com a venda de títulos imprestáveis ao Banco de Brasília (BRB). A suspeita é de que os valores estejam em paraísos fiscais no exterior, especialmente em contas em nomes de laranjas em Dubai, nos Emirados Árabes.

Além disso, a equipe exige que ele seja claro quanto às relações espúrias com autoridades, dirigentes de bancos e outros envolvidos. Não serão admitidas informações parciais ou em contextos inexistentes, como, de acordo com fontes consultadas pela reportagem, ocorreram nos trechos dos depoimentos em que ele citou o senador Ciro Nogueira (PP-PI). A avaliação é de que o executivo tentou proteger pessoas próximas. O **Correio** conversou com fontes na corporação e em outros órgãos envolvidos no caso. Elas revelam que, desta vez, Vorcaro será informado claramente que deve ser apontado pela PF como líder do esquema criminoso, o que pode lhe render mais de 15 anos de cadeia.

No entanto, ante uma colaboração relevante, ele pode ser beneficiado com a redução de pena, deve devolver os recursos que foram desviados, além de apresentar informações nas quais os investigadores ainda não se debruçaram. O dono do Master também será informado que as diligências estão avançadas, que o primeiro inquérito sobre os prejuízos ao BRB está prestes a ser concluído e que o tempo em que ele ainda pode firmar uma colaboração está se esgotando.

## Banco de Brasília

O primeiro inquérito ligado à Operação Compliance Zero é o que investiga a compra de títulos podres pelo BRB. De acordo com investigadores ouvidos pela reportagem, sob a condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos. O montante inicial surpreendeu os agentes — eles avaliaram que o esquema é muito maior do que se imaginava.

Na semana passada, a PF pediu mais 60 dias para concluir essa etapa da investigação. A solicitação ocorreu após as equipes policiais identificarem a participação de mais diretores do BRB no esquema. O pedido de prorrogação do inquérito foi enviado a Mendonça. (RS)

Reprodução/Redes sociais



Frias, Flávio e Jim Caviezel, ator que interpretou o ex-presidente